



XXVIII Encontro Estadual de Geografia do Rio Grande do Norte – EGEORN
Geografia Potiguar: Dinâmicas Territoriais e Desafios Contemporâneos
08 a 11 de outubro de 2025, UFRN – Campus Central, Natal - RN

CIDADES DESIGUAIS: ENTENDENDO OS PROBLEMAS URBANOS NO ENSINO DE GEOGRAFIA

Dáwila Rayane Lopes da Silva 1¹

*(Graduanda, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, (84) 99801-9070,
dawila20230006559@alu.uern.br)*

Robertinho Junior Cipriano da Silva 2²

*(Mestrando, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, (84) 98164-8518,
robertinhojunior@alu.uern.br)*

Cassio Expedito Galdino Pereira 3³

*(Mestre em Geografia, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, (88) 99701-1428,
cassioexpedito@uern.br)*

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo entender a importância de trabalhar a cidade e os problemas urbanos na perspectiva dos alunos a partir da aplicação de uma oficina com o tema “Cidades em desigualdades: entendendo os problemas urbanos”. A oficina ocorreu no 1º bimestre do ano letivo de 2025 durante a realização do estágio supervisionado em Geografia na turma do 7º ano da rede municipal de ensino da cidade de José de Penha-RN. A metodologia da pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa de natureza participativa. Diante das análises obtidas, constatou-se que o momento da oficina foi fundamental para a construção de um conhecimento geográfico significativo, crítico e contextualizado. O ensino das cidades foi trabalhado a partir das experiências cotidianas dos próprios estudantes, privilegiando o entendimento deles como ponto de partida para a análise do urbano.

PALAVRAS-CHAVE: Aprendizagem; Cotidiano; Espaço urbano; Oficina.

Identificação do GT

GT5: Ensino de Geografia

1 INTRODUÇÃO

O ensino de Geografia possibilita compreender a construção social do espaço urbano, o que, segundo Cavalcanti (2013), é essencial para a análise das práticas espaciais cotidianas. As cidades e os seus problemas urbanos estão dentro desse contexto, pois são objetos de estudo da Geografia urbana, campo que busca discutir os embasamentos que formam, reformam, organizam e articulam o espaço urbano.

Segundo o censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2022, cerca de 87% da população brasileira vive no espaço urbano,

espaço esse que tem sua melhor representação na cidade. Para Cavalcanti (2018) conhecer melhor a cidade é uma das metas essenciais que devem ser trabalhadas na Geografia escolar. Pois, a partir dela ocorre uma aprendizagem não somente do espaço físico do local, mas a compreensão das dinâmicas e dos agentes envolvidos nele.

Silva *et al.* (2016) traz que o ensino de Geografia não deve apenas trazer a cidade como um amontoado de pessoas, é necessário abordar como um espaço de vivências, o que se torna um contexto ideal para trabalhar os problemas urbanos, os quais estão ligados diretamente com a sala de aula, cabendo ao professor desenvolver criticamente essa realidade. Em concordância com essa perspectiva, o autor Moreira Junior (2016) discorre que todas as cidades, sejam elas grandes, médias ou pequenas que estão no quadro urbano podem trazer experiências diversificadas para a aprendizagem dos alunos, o que fortalece a questão de que o contexto urbano é um fator fundamental para o ensino de Geografia.

Entender a cidade, principalmente partindo da realidade do aluno é essencial para o desenvolvimento de uma aprendizagem significativa, Cavalcanti (2013) dialoga que os jovens produzem referências a partir de suas relações cotidianas no espaço banal e que constroem conhecimentos espaciais ao lidarem com o mundo ao seu redor, desse modo a cidade torna-se um espaço fundamental para a articulação e produção dos conhecimentos.

Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo entender a importância de trabalhar a cidade e os problemas urbanos na perspectiva dos alunos a partir da aplicação de uma oficina com o tema “Cidades em desigualdades: entendendo os problemas urbanos”. A pesquisa se justifica diante da necessidade de trabalhar temas urbanos e que estão no contexto da vivência dos alunos, além da ausência de produções acadêmicas nessa área.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo foi realizado durante o componente curricular de Orientação e Estágio Supervisionado em Geografia I no 5º período do curso de Geografia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) – Campus Pau dos Ferros-RN. A oficina ocorreu no 1º bimestre do ano letivo de 2025 em uma turma do 7º ano na rede municipal de ensino na cidade de José de Penha-RN. O estágio contou com momentos de observação, diagnóstico e participação durante as atividades, implicando na intervenção final a partir da oficina.

A metodologia da pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa de natureza participante com bases nos pressupostos de Prodanov e Freitas (2013) ao trazerem que esse método está associado ao pesquisador interagir diretamente com o objeto trabalhado, o qual se tornou essencial visto a oficina ser articulada no contexto da realidade escolar a partir do estágio.

Moreira e Lima (2017) completam essa análise ao trazer que a metodologia qualitativa permite uma compreensão detalhada das características do objeto estudado, possibilitando um aprofundamento da temática. Já para Guerra *et al.* (2024) essa abordagem explora os contextos sociais, culturais e individuais facilitando uma compreensão contextualizada do fenômeno estudado.

A oficina ocorreu com base numa proposta do trabalho de Cavalcanti (2019), que sugere aos professores de Geografia trabalhar a questão urbana e das cidades a partir de imagens, textos e produções do cotidiano, principalmente do contexto dos alunos, sendo temas que sejam problematizadores e se enquadrem dentro de uma Geografia vivida.

A organização da atividade se deu em dois momentos: A parte inicial realizou-se por meio de uma exposição do que seria cidade, o que são problemas urbanos, qual a relação deles com o contexto da realidade local e quais agentes podem resolver essas problemáticas. Na segunda parte, os alunos foram distribuídos em equipes e receberam uma imagem que apresentava algum problema urbano, como: Esgoto a céu aberto, congestionamento no trânsito, ausência do direito e acesso à moradia na cidade, violência urbana, segregação socioespacial e mobilidade urbana.

Os alunos teriam que a partir da interpretação da imagem e com base nos estudos em sala, explicarem qual problema urbano estava lá representado, qual sua relação com o espaço em que ele vive, quem poderia resolver aquela problemática e qual seria a melhor solução/intervenção. Após um tempo hábil cada equipe apresentou sua problemática, nesse momento era aberta para discussão e debate entre todos os participantes.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A oficina “Cidades em desigualdades: entendendo os problemas urbanos” constituiu-se como um espaço pedagógico privilegiado para a construção de um conhecimento geográfico significativo, crítico e contextualizado. A escolha do tema respondeu à necessidade urgente de

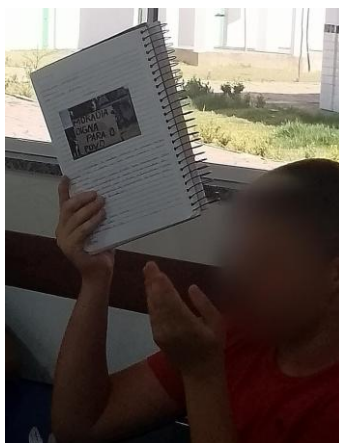
superar abordagens desarticuladas e tecnicistas que ainda predominam no ensino de Geografia, principalmente no que diz respeito aos conteúdos voltados à urbanização.

Nas escolas, o espaço urbano ainda é muitas vezes representado de maneira simplificada, por meio de mapas estáticos e descrições genéricas das metrópoles, o que acaba por esvaziar o potencial analítico e formativo da Geografia enquanto ciência que problematiza a produção do espaço social. Conforme observa Callai (2000), a Geografia precisa ir além da memorização de nomes e capitais: é uma ferramenta de leitura da realidade, e deve servir para transformar o olhar do aluno sobre o mundo.

Nesse contexto, a oficina buscou romper com uma prática tradicional e estimular uma reflexão crítica sobre o espaço vivido. O ensino das cidades foi trabalhado a partir das experiências cotidianas dos próprios estudantes, privilegiando o entendimento deles como ponto de partida para a análise do urbano.

A imagem destacada no caderno (figura 1), com os dizeres “Moradia digna para o povo”, evidencia como a oficina proporcionou aos alunos a possibilidade de relacionar os conteúdos geográficos com suas realidades e reivindicações concretas. Ao abordar a moradia como um direito fundamental, os estudantes foram levados a refletir sobre as desigualdades sociais presentes no espaço urbano e sobre como essas desigualdades afetam diretamente suas vidas e comunidades.

Figura 02 – Aluno participando de debate durante aplicação da oficina



Fonte: Acervo dos autores (2025)

Essa noção amplia o entendimento geográfico, pois não se trata apenas de localizar-se no território, mas de compreendê-lo como uma construção humana, carregada de sentidos. Ao

reconhecer o lugar dos alunos como espaço legítimo de análise, o ensino da Geografia passa a valorizar o cotidiano e fortalece o vínculo entre conhecimento escolar e realidade vivida.

Carlos (2007) dialoga que a cidade é antes de tudo uma construção social, onde se inscrevem as relações de poder e os conflitos históricos da sociedade. Ela alerta que a aparência dos lugares urbanos, ruas, prédios, bairros, pode esconder dinâmicas profundas de desigualdade, segregação e exclusão.

Por isso, ensinar Geografia urbana exige mais do que apontar contrastes entre regiões: é preciso desvelar os processos que produzem esses contrastes. Nesse sentido, a opção metodológica por imagens e relatos, teve grande potencial formativo. As imagens visuais e simbólicas funcionam como mediadoras de uma leitura ativa da cidade, permitindo aos alunos problematizar a desigualdade de forma concreta e participativa.

Santos (1996) contribui decisivamente para essa abordagem ao afirmar que o espaço é uma instância social, constituído por relações e práticas sociais historicamente situadas. Essa concepção aborda que o espaço urbano não é neutro, mas atravessado de disputas, exclusões e conflitos. Ao trabalhar com imagens de problemas da realidade brasileira, os alunos foram capazes de identificar a fragilidade social do espaço urbano, o que contribuiu para uma leitura crítica do espaço.

Nesse sentido, a oficina permitiu que os alunos identificassem, em suas próprias realidades, a precarização dos serviços públicos, a exclusão de determinados territórios da malha urbana, o abandono de bairros periféricos e a ausência de políticas efetivas para enfrentar esses problemas. Essas observações reforçam a ideia de que a Geografia não pode ser ensinada de maneira descolada da realidade social dos sujeitos, ela deve, ao contrário, partir do real para chegar à compreensão mais ampla dos fenômenos espaciais.

A oficina possibilitou que os estudantes compreendessem que a cidade não é apenas um espaço físico, mas o resultado de decisões políticas. Ao analisarem imagens e problematizar situações do cotidiano urbano, os alunos perceberam que os problemas enfrentados por suas comunidades, como ruas sem asfalto, ausência de postos de saúde ou falta de transporte público, não são meras fatalidades, mas consequências de escolhas políticas.

As imagens mostram os alunos em pleno desenvolvimento da atividade proposta, analisando fotografias que retratam diferentes realidades urbanas e registrando suas observações por escrito (figura 2). Esse momento evidencia o engajamento dos estudantes na

construção de um olhar crítico sobre a cidade, a partir da leitura de imagens, da escuta entre pares e da relação direta com os conteúdos geográficos trabalhados.

Figura 3 – Discentes discutindo sobre os problemas urbanos no contexto local



Fonte: Acervo dos autores (2025)

Isso possibilitou a construção de uma consciência crítica acerca da responsabilidade do poder público na configuração do espaço urbano. Cavalcanti (2008) reforça que o ensino da Geografia deve justamente estimular esse tipo de reflexão, para que os alunos desenvolvam competências que lhes permitam atuar como sujeitos políticos conscientes. Ao discutir o papel do Estado e as possibilidades das políticas públicas, a Geografia escolar ultrapassa o campo da descrição e assume uma função social, formando cidadãos capazes de reivindicar seus direitos e participar ativamente dos processos decisórios que envolvem o território em que vivem.

A relevância de discutir os processos históricos que originam os problemas urbanos foi um dos eixos centrais da oficina. A urbanização brasileira, historicamente marcada pela ausência de planejamento e por políticas habitacionais excludentes, é resultado de um modelo de cidade que privilegia interesses do capital em detrimento da coletividade.

Lefebvre (2001) analisa a cidade como uma obra coletiva que foi sendo transformada em mercadoria ao longo do tempo. Para ele, o direito à cidade não é apenas o direito de habitar um território urbano, mas o direito de transformar esse território de forma coletiva e participativa. Essa concepção foi fundamental para que os alunos compreendessem que as desigualdades que identificaram nas imagens não são naturais nem imutáveis, mas frutos de decisões políticas que podem (e devem) ser questionadas.

Nesse sentido, Harvey (2014) aprofunda essa crítica, ele destaca que os processos de urbanização potencializam a especulação imobiliária e a segregação socioespacial, os quais implicam num acesso desigual ao espaço urbano, enquanto grupos mais ricos vivem em áreas

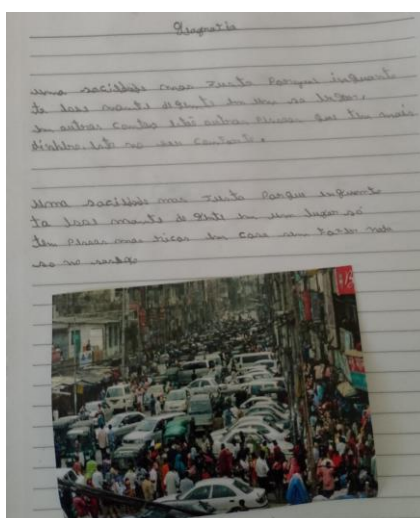
centrais e privilegiadas, grupo mais pobres precisam conviver em áreas periféricas com condições insalubres. Essa fundamentação embasou o debate em sala, oportunizando que os alunos relacionassem as desigualdades observadas com as relações de poder dentro do sistema capitalista.

Esse entendimento foi mobilizado na oficina para discutir com os alunos como as políticas públicas e a participação social podem atuar na superação dessas desigualdades. Os estudantes foram incentivados a pensar quais ações cabem à prefeitura, ao Estado e à comunidade para enfrentar os problemas discutidos.

Esse movimento dialoga com o que defende o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), ao propor uma gestão democrática do espaço urbano baseada na função social da cidade e da propriedade. A oficina, portanto, contribuiu não apenas para a leitura crítica da cidade, mas também para o desenvolvimento do pensamento propositivo. Cavalcanti (2008) aponta que o ensino de Geografia deve fomentar nos estudantes a capacidade de pensar o território como um campo de atuação e de transformação. Ensinar os alunos a identificar problemas é apenas uma parte da tarefa; mais importante ainda é capacitá-los a imaginar e construir soluções, com base na realidade concreta em que vivem.

Outro aspecto importante foi a interdisciplinaridade presente nas discussões. Os problemas urbanos não foram tratados como temas isolados, mas articulados a questões de saneamento, transporte, segurança, habitação, meio ambiente e desigualdade econômica. Essa abordagem integradora permitiu aos estudantes perceberem a complexidade das cidades e a interdependência entre os diversos elementos que compõem o espaço urbano.

Figura 04 – Material produzido pelos alunos com base na problemática da mobilidade urbana



Fonte: Acervo dos autores (2025)

A partir da imagem de uma rua superlotada, com trânsito intenso e grande concentração de pessoas, o aluno escreveu sobre a injustiça de uma sociedade onde “enquanto uns moram dignamente, outros vivem em situações precárias”. Esse registro demonstra como a leitura de imagens serviu como ponto de partida para reflexões relevantes sobre o espaço urbano, permitindo que os estudantes relacionarem o conteúdo escolar com problemas reais, como a desigual distribuição de moradia, a segregação socioespacial e a ausência de políticas públicas efetivas em certas regiões da cidade.

Essa abordagem visa não somente um ensino neutro, mas uma visão emancipatória dos sujeitos, conforme aborda Freire (1996). Essa atividade permite uma leitura global dos fenômenos, possibilitando ao aluno desenvolver um olhar investigativo, sensível e crítico, essencial para a formação cidadã.

O resultado mais expressivo da oficina foi o amadurecimento da consciência crítica dos estudantes. Muitos relataram ter passado a enxergar seus bairros com um novo olhar, não mais como espaços de carência, mas como territórios com história, potencialidades e demandas legítimas. Essa transformação de percepção é um dos maiores indicativos de uma aprendizagem significativa e duradoura.

Quando os estudantes compreendem que o espaço que habitam é resultado de relações sociais que podem (e devem) ser transformadas, o ensino da Geografia cumpre sua função social mais importante: formar sujeitos críticos, autônomos e comprometidos com a transformação da realidade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, os resultados da oficina indicam, de maneira contundente, a necessidade de fortalecer o ensino de Geografia urbana nas escolas brasileiras, adotando práticas que integrem a análise crítica do espaço à experiência vivida pelos estudantes. Cabe ao professor buscar metodologias que possam efetivar essa prática, articulando e possibilitando um ensino crítico e uma aprendizagem significativa.

Os problemas urbanos não foram trabalhados somente na perspectiva de memorização dos alunos, mas na contextualização e compreensão do porquê esses fenômenos existem, o que permite um ensino que não se baseia numa visão singular, mas holística. O uso da oficina como ferramenta de atividade se mostrou bastante válido, pois favoreceu e colocou o aluno no centro

das discussões, trazendo recursos que podem facilmente serem usados no cotidiano da sala em múltiplos temas,

A Geografia, mais do que qualquer outra disciplina, é capaz de desenvolver no aluno um pensamento investigativo, criativo e transformador. É ela que oferece os instrumentos conceituais e metodológicos para compreender o mundo, identificar injustiças e propor caminhos para superá-las. Nesse sentido, reafirma-se que o ensino das cidades e suas desigualdades deve ser conduzido de forma crítica, situada e transformadora, uma Geografia que, ao invés de apenas descrever o mundo, ensina a mudá-lo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências (Estatuto da Cidade). **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 133, p. 1-6, 11 jul. 2001. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/659167>. Acesso em: 05 jul. 2025.

CALLAI, H. C. **O espaço geográfico: ensino e representação**. Belém: Universidade Federal do Pará, 2021.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH/USP, 1996.

CAVALCANTI, L. de S. Ensino de Geografia e cenários urbanos cotidianos: laboratórios para o desenvolvimento do pensamento geográfico. **Punto Sur**, [Local de Publicação não disponível], v. 1, n. 1, p. 122-143, jul.-dez. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.34096/ps.n1.6916>. Acesso em: 07 jul. 2025.

CAVALCANTI, L. de S. **Geografia, escola e construção do conhecimento**. 8. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

CAVALCANTI, L. de S. Jovens escolares e a cidade: concepções e práticas espaciais urbanas cotidianas. **Caderno Prudentino de Geografia**, [S. l.], n. 35, p. 74–86, 2014. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/2171>. Acesso em: 7 ago. 2025.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

Guerra, A. de L. e R. *et al.* (2024). Pesquisa qualitativa e seus fundamentos na investigação científica. **Revista De Gestão E Secretariado**, 15(7), e4019. Disponível em: <https://doi.org/10.7769/gesec.v15i7.4019>. Acesso em: 07 jul. 2025.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.



IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2022: 87% da população brasileira vive em áreas urbanas.** Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41901-censo-2022-87-da-populacao-brasileira-vive-em-areas-urbanas>.

Acesso em: 07 Jul. 2023.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, M. do S. B.; MOREIRA, E. V. A Pesquisa Qualitativa em Geografia. **Caderno Prudentino de Geografia**, [S. l.], v. 2, n. 37, p. 27–55, 2017

MOREIRA JUNIOR, O. AS CIDADES PEQUENAS COMO COMPONENTE CURRICULAR PARA A GEOGRAFIA ESCOLAR. **Formação (Online)**, [S. l.], v. 2, n. 23, 2016. DOI: 10.33081/formacao.v2i23.3956. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/3956>. Acesso em: 07 jul. 2025.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, J. D. S.; SEVERO, D. S.; LIMA NETO, F. M.; SILVA, L. A.; SILVA, R. U.; SILVA, C. O. A Geografia Urbana e sua importância no Ensino Básico. **Diversitas Journal**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 41–47, 2016. DOI: 10.17648/diversitas-journal-v1i1.402. Disponível em: https://diversitasjournal.com.br/diversitas_journal/article/view/402. Acesso em: 07 jul. 2025.
